

Cortesia com chapéu alheio ou responsabilidade do Estado? *Estado indutor e protetor: a assimetria cruel entre benefícios aos cidadãos*

Mario Cezar Silva Serpa¹

A crise de 1929 deixou um legado enorme (de discussões e avaliações) sobre a pertinência da interferência ou não do governo para auxiliar em crises, especialmente as consideradas sistêmicas. Em 2008, Ben Bernanke foi muito mais ágil e, com *Coragem para Agir* (título de seu livro – *A Memoir*), tomou atitudes que julgava necessárias à socorrer (bancos) a economia americana. Neste caso, tentando evitar-se as consequências de 1929, os programas foram desenhados para auxiliar e ao mesmo tempo “não trazer prejuízos aos cofres públicos”. Atuou e ficou conhecido, como *lender of last resort* (credor de última instância).

Toda estrutura e melhores práticas que deveriam existir e coibir eram “precárias e frágeis”: mecanismos de governança, limites de assunção de riscos, avaliação, interpretação e opinião das agências classificadoras de risco, “fomentavam” e passavam a ideia de tranquilidade e normalidade. Para as pessoas físicas e outras, toda essa organização parecia indicar confiança e credibilidade, afinal é muito difícil imaginar as pessoas fazendo seu próprio *due diligence* em bancos e mais, identificando e selecionando os bons e os ruins. De modo análogo, prosperam, até hoje, esquemas de pirâmide (*Ponzi Scheme*) como ficou conhecido o mundialmente famoso caso de Bernard Madoff, levando vários a falência. É duvidoso afirmar que governos precisam intervir ou “salvar” empresas e bancos em momentos de dificuldades. O dinheiro é público, e os contribuintes não necessariamente desejam que seus impostos sejam utilizados para este fim. A justificativa do governo, em regra, tem sido evitar um mal maior para a própria sociedade. Será mesmo?

Os detalhes e interpretações desse raciocínio rendem estudos e mais estudos, cujas avaliações e indicações “agradam” a todos os espectros ideológicos e formuladores de políticas públicas de plantão. O ponto aqui talvez seja mais simples e superficial, porém definitivo na construção e ordenamento das atribuições do Estado nesse sentido: fomentar a governança e os mecanismos de avaliação à disposição do público a respeito das instituições. Deveríamos deixar a “Destrução Criativa” de Joseph Schumpeter se estabelecer. O Estado precisaria ser ainda mais proativo e atuar *ex-ante* na definição e responsabilização de estrutura de avaliação das instituições, sobretudo as suas. As informações precisam estar disponíveis e críveis, com sistema de

responsabilização para os que as produzem, avaliam e divulgam opiniões. A liberdade de fazer negócios e assumir riscos precisam permanecer e, cada um, com informações confiáveis e mensuráveis, deve ter o direito, mas também a responsabilidade integral de seus atos, exclusivamente. A sociedade não pode pagar pelos riscos assumidos de alguns - afinal não teria o “bônus” da decisão, somente o “ônus” de eventuais insucessos.

A verdade é que teóricos e autoridades passaram a acreditar piamente na teoria do *too big to fail* (grande demais para quebrar). Sob esse conceito, em especial na economia política dos EUA, algumas empresas ou bancos tornam-se essenciais para estabilidade financeira de um país, e com isso podem acarretar efeitos para além de sua própria falência e não ficar circunscrito em si e seus *stakeholders*. Neste sentido, medidas protecionistas são pensadas desde a década de 1930, com vistas a conter o chamado risco sistêmico, sobretudo no setor financeiro. Contudo, parece que os parâmetros não têm sido suficientes ou sem a devida política de responsabilização e consequências. Assim, a cada novo incidente, eis que precisamos de um salvador da pátria. É importante também destacar que acontecimentos como os denominados *Black Swan*, teoria preconizada por Nassim N. Taleb em que eventos extremamente raros, inesperados e improváveis, com enormes consequências, de fato ocorrem, mas não parecem se enquadrar no que temos visto recentemente. Todavia, nessa dimensão, servem para endossar, a cada instante, por ideologia, a justificativa que os mercados não funcionam sozinhos e o Estado precisa agir.

Casos como o das Americanas e do Silicon Valley Bank, em maior ou menor grau, levantam a necessidade de interferência Estatal. Com isso, chama atenção também a indispensabilidade do cuidado e o respeito com o dinheiro do contribuinte. O progresso e a assunção de riscos fazem parte da evolução e ajustes do funcionamento da economia. Em verdade, é justamente esse processo que torna a economia e seus agentes mais fortes e resilientes. A concorrência e os fracassos nos fazem melhores em tudo: preços, produtos e serviços.

E não menos importante, deve prevalecer aqui a liberdade de escolha dos indivíduos e a responsabilidade por suas consequências. Este parece o equilíbrio adequado.

¹ Mario Serpa é economista e sócio da Redwood Asset Management